

**PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE
INTERESSE PÚBLICO EM ATIVIDADE NO BRASIL**



**PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE
INTERESSE PÚBLICO EM ATIVIDADE NO BRASIL**

ipea

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação (substituto)

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO EM ATIVIDADE NO BRASIL



Rio de Janeiro, 2020

EQUIPE TÉCNICA

Camila Escudero

Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

Ana Camila Ribeiro

Pesquisadora do PNPD na Diest/Ipea.

Pedro Andrade

Pesquisador do PNPD na Diest/Ipea.

Janine Mello

Técnica de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea.

DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/ridiest1>>.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <<http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	8
3 ANO DE FUNDAÇÃO	10
4 ÁREA DE ATUAÇÃO	11
5 VÍNCULOS DE TRABALHO	12
6 REPASSES FEDERAIS.....	15

1 INTRODUÇÃO

As organizações da sociedade civil (OSCs) são instituições privadas, sem fins lucrativos, legalmente constituídas, autoadministradas, ou seja, capazes de gerenciar suas próprias atividades, e voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas. Algumas OSCs, entretanto, recebem, desde o fim da década de 1990, os títulos de Organização Social (OS) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Essas qualificações, de ordem jurídica, são outorgadas pela administração pública municipal, estadual ou federal¹ para que a entidade possa receber benefícios de governos e órgãos públicos, na forma de estabelecimento de parcerias, dotações orçamentárias, isenções fiscais etc., para a realização de suas atividades que devem ser, necessariamente, de interesse coletivo da sociedade.

De acordo com Reis e Silva (2016),² a instituição das OS surgiu pela Lei nº 8.637, de 15 de maio de 1998, fruto de um dos pilares do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), concebido pelo extinto Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado (Mare). Já a instituição das Oscips foi regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e pela Portaria nº 361, de 27 de junho de 1999, como resultado de um movimento promovido pelo Conselho da Comunidade Solidária,³ que buscava uma alternativa à figura do convênio, com maior flexibilidade e responsabilização dos gestores, para fortalecer a sociedade civil organizada.

Na verdade, as qualificações OS e Oscip são modelos de cooperação mútua entre OSCs e poder público que permitem a transferência para entidades da sociedade civil de certas atividades tradicionalmente exercidas pelo poder público, sem a necessidade de concessão ou permissão. Trata-se de um instrumento de parceria, que, em última instância, visa contribuir com a maior eficiência no desempenho de serviços públicos sociais, ao mesmo tempo que permite um melhor controle sobre a aplicação das verbas orçamentárias repassadas, e a valorização do terceiro setor.

Atualmente, há 781.921 OSCs formais, ou seja, com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), em atividade no Brasil. Dessas, 1.114 são OS e 7.046 são Oscips.⁴ Este documento apresenta dados sobre essas OS e Oscips, com o objetivo de traçar um breve perfil dessas instituições. As informações utilizadas aqui são provenientes da base de dados da Secretaria da Receita Federal (SRF), da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Orçamento Público Federal.⁵ As OS foram selecionadas a partir da natureza jurídica 330-1, que tem por objetivo identificar a constituição jurídico-institucional das entidades públicas e privadas nos cadastros da administração pública do país. Já as Oscips podem possuir a natureza jurídica “associações privadas” ou “fundações privadas”, sendo que no primeiro caso foram verificados 6.802 registros (96,54% do total) e no segundo, 244 registros (3,46% do total).

1. No âmbito federal, é determinado que uma OSC não pode ter os títulos de OS e Oscip, simultaneamente. Porém, como os títulos podem ser concedidos em cada esfera da federação, é possível que uma OSC seja classificada como Oscip no nível federal e OS no nível estadual ou municipal, dependendo da legislação local. É mais raro porque, em geral, há menos legislações sobre Oscips nos estados e municípios do que há de OS.

2. SILVA, V. de A. da.; REIS, M. S. M. dos. *Organizações Sociais – OS e Organizações da Sociedade de Interesse Público – OSCIP: similitudes e distinções dos institutos jurídicos*. Rio de Janeiro: AR, 2016. Disponível em: <http://ar.adv.br/wp-content/uploads/Artigo_sobre_distincoes_entre_OS_OSCIP.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

3. O programa Comunidade Solidária foi um projeto do governo federal brasileiro para o combate da extrema pobreza, criado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio do Decreto nº 1, de 12 de janeiro de 1995. Vigorou até 2002 e foi presidido pela antropóloga Ruth Cardoso.

4. Disponível em: <<https://mapaosci.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 5 maio 2020.

5. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrazil/>>. Acesso em 5 jan. 2020.

2 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

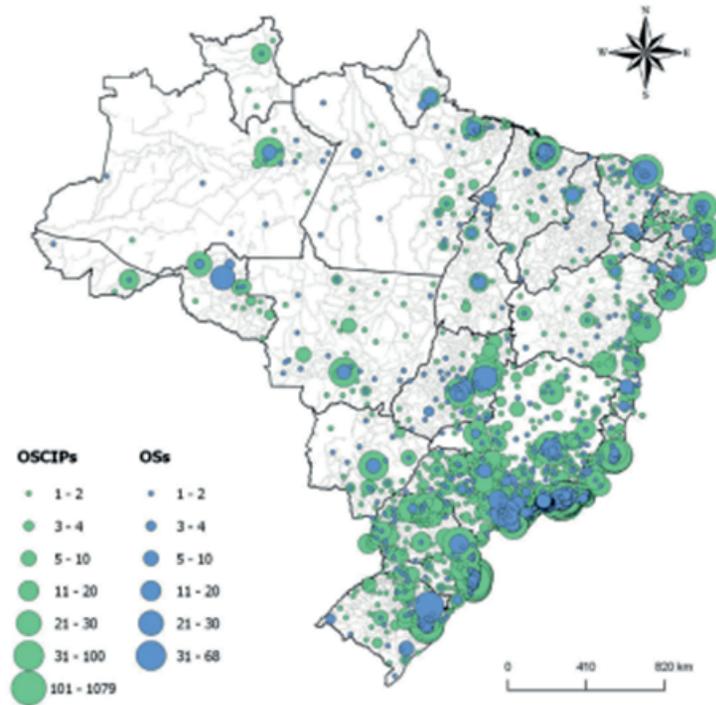
Seguindo a distribuição geográfica das OSCs de maneira geral, a maioria das OS e Oscips tem sede na região Sudeste, com 423 (37,97% do total) e 3.651 (51,82% do total) entidades, respectivamente. Na sequência, numericamente, a região Nordeste concentra a maior quantidade de OS (253 ou 22,71% do total), sendo que o segundo maior número de Oscips está localizado na região Sul (1.251 ou 17,75% do total). São Paulo é o estado com maior concentração: 216 OS (19,39% do total) e 2.178 Oscips (30,91% do total). No caso das OS, o estado com menos registros é Roraima (apenas um). Já com relação às Oscips, o estado do Amapá aparece com menos casos, doze no total. Destaca-se que a localização nem sempre é suficiente para indicar o raio de atuação das organizações, uma vez que a sede pode ser em um lugar e a atuação em outro.

TABELA 1
OS e Oscip: localização

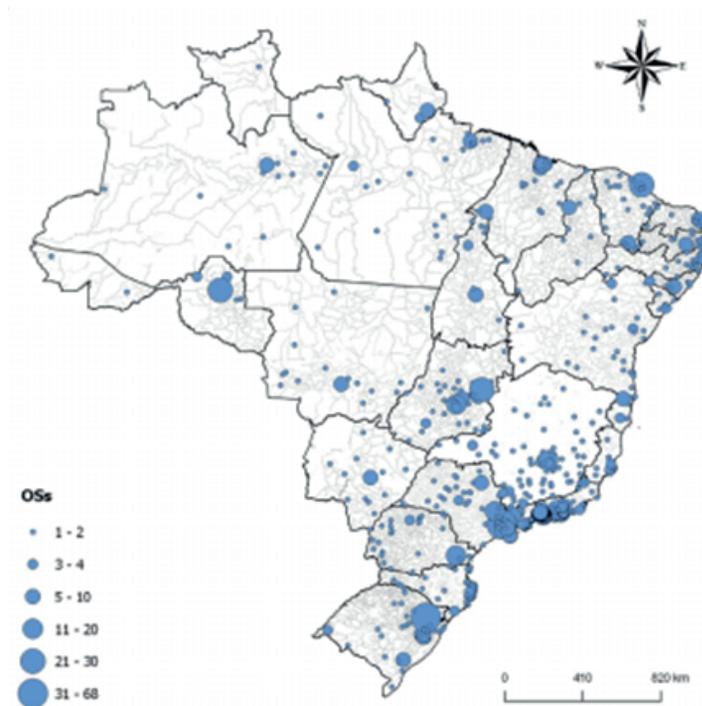
	OS	%	Oscip	%
Norte	122	10,95	297	4,22
Acre	2	0,18	23	0,33
Amapá	11	0,99	12	0,17
Amazonas	20	1,80	62	0,88
Pará	34	3,05	87	1,23
Rondônia	37	3,32	62	0,88
Roraima	1	0,09	16	0,23
Tocantins	17	1,53	35	0,50
Nordeste	253	22,71	931	13,21
Alagoas	15	1,35	42	0,60
Bahia	43	3,86	296	4,20
Ceará	57	5,12	165	2,34
Maranhão	39	3,50	75	1,06
Paraíba	25	2,24	71	1,01
Pernambuco	34	3,05	141	2,00
Piauí	14	1,26	22	0,31
Rio Grande do Norte	18	1,62	65	0,92
Sergipe	8	0,72	54	0,77
Sul	159	14,27	1.251	17,75
Paraná	48	4,31	619	8,79
Rio Grande do Sul	86	7,72	330	4,68
Santa Catarina	25	2,24	302	4,29
Sudeste	423	37,97	3.651	51,82
Espírito Santo	16	1,44	293	4,16
Minas Gerais	125	11,22	567	8,05
Rio de Janeiro	66	5,92	613	8,70
São Paulo	216	19,39	2.178	30,91
Centro-Oeste	157	14,09	916	13,00
Distrito Federal	26	2,33	485	6,88
Goiás	86	7,72	227	3,22
Mato Grosso	19	1,71	100	1,42
Mato Grosso do Sul	26	2,33	104	1,48
Total	1.114	100,00	7.046	100,00

Fonte: base de dados da SRF, do Orçamento Público Federal e Rais.
Elaboração dos autores.

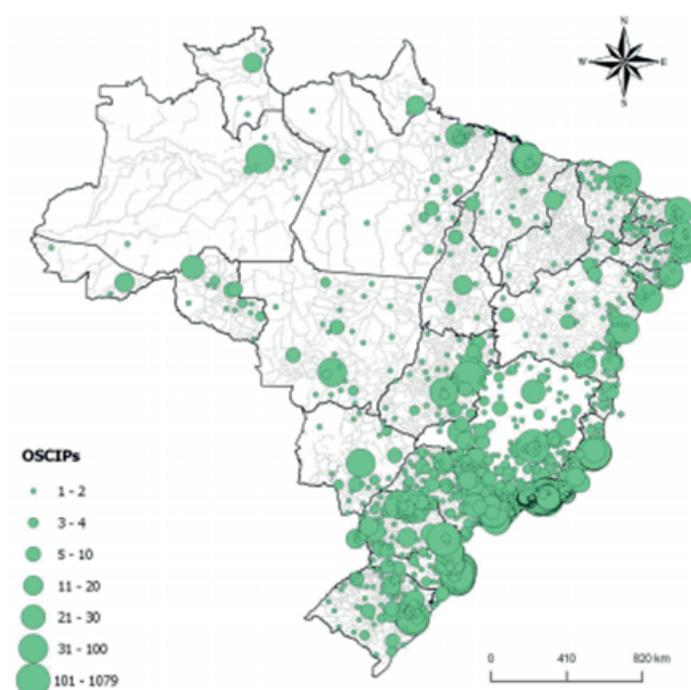
MAPA 1
OSCs: distribuição geográfica
1A – OS e Oscip



1B – OS



1C – Oscip



Fonte: base de dados da SRF, do Orçamento Público Federal e Rais.

3 ANO DE FUNDAÇÃO

Mais de 90% das OS foram criadas entre 2011 e 2018 (1.017), enquanto 70% das Oscips (4.982) surgiram na década anterior, entre 2001 e 2010, com um número significativo também entre 1991 e 2000, de 1.009 (14,32%) organizações. Destaca-se que a primeira OS foi fundada em 1975, no Paraná. Já as Oscips são mais antigas. As duas primeiras foram registradas em 1965 em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Vale esclarecer que essas instituições passaram a ser classificadas como OS ou Oscip após a implantação da legislação, na década de 1990. Dessa maneira, elas, especialmente as mais antigas, podem ter sido criadas como OSCs e apenas depois da outorga da administração pública passaram a ser consideradas OS e Oscips.

TABELA 2
OS e Oscips: ano de fundação

	OS	%	Oscip	%
1961-1970	0	0,00	24	0,34
1971-1980	3	0,27	62	0,88
1981-1990	5	0,45	235	3,34
1991-2000	28	2,51	1.009	14,32
2001-2010	61	5,48	4.982	70,71
2011-2018	1.017	91,29	734	10,42
Total	1.114	100,00	7.046	100,00

Fonte: base de dados da SRF, do Orçamento Público Federal e Rais.
Elaboração dos autores.

4 ÁREA DE ATUAÇÃO

No total, tanto as OS como as Oscips atuam em oito grandes áreas e respectivas subáreas, a saber: assistência social; associações patronais e profissionais; cultura e recreação; desenvolvimento e defesa de direitos e interesses; educação e pesquisa; saúde; religião; e outras.⁶

A área de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses é a que concentra a maior quantidade de OS e Oscips: 350 (31,56% do total) e 4.073 (57,81% do total), respectivamente. Observa-se ainda que a área cultura e recreação também reúne, numericamente, quantidade expressiva: são 147 OS (13,26% do total) e 538 Oscips (7,63% do total).

TABELA 3
OSCs: áreas e subáreas de atuação

	OS		Oscip	
	QTD	%	QTD	%
Assistência Social	117	10,50	473	6,71
Associações patronais e profissionais	28	2,51	124	1,76
Associações empresariais patronais	4	0,36	44	0,62
Associações profissionais	20	1,80	73	1,04
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	4	0,36	7	0,10
Cultura e recreação	147	13,20	538	7,64
Esportes e recreação	57	5,12	112	1,59
Cultura e arte	90	8,08	426	6,05
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	350	31,42	4.073	57,81
Educação e pesquisa	110	9,87	492	6,98
Educação infantil	55	4,94	52	0,74
Estudos e pesquisas	3	0,27	121	1,72
Educação profissional	2	0,18	30	0,43
Ensino médio	0	0,00	3	0,04
Ensino fundamental	2	0,18	26	0,37
Educação superior	3	0,27	11	0,16
Outras formas de educação/ensino	36	3,23	205	2,91
Atividades de apoio à educação	9	0,81	44	0,62
Saúde	66	5,92	322	4,57
Hospitais	8	0,72	59	0,84
Outros serviços de saúde	58	5,21	263	3,73
Religião	14	1,26	33	0,47
Outras atividades associativas	235	21,10	717	10,18
Outras OSCs	47	4,22	274	3,89
Total	1.114	100,00	7.046	100,00

Fonte: base de dados da SRF, do Orçamento Público Federal e Rais.
Elaboração dos autores.

6. As finalidades de atuação das OSCs no Brasil são definidas com base nos princípios da atividade principal estabelecidos pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) – a classificação oficial do sistema estatístico nacional, que padroniza os códigos de atividades econômicas para a produção de informações estatísticas e sua derivada, a CNAE-Subclasses, amplamente utilizada nos cadastros e registros administrativos do país.

5 VÍNCULOS DE TRABALHO

As OS registram 9.233 vínculos de trabalhos formais e as Oscips, 44.157. São, em média, oito vínculos por OS e seis por Oscip. É importante ressaltar, no entanto, que não são todas as OS e Oscips que possuem vínculos formais de trabalho; pelo contrário. Não registram vínculos 93,40% das OS e 78,94% das Oscips. Em ambos os casos, a categoria de 10 a 49 vínculos é a que registra maiores quantidades: 23 OS (2,10%) e 388 Oscips (5,51%). Há ainda instituições que apresentam quinhentos vínculos ou mais: quatro OS (0,40%) e dez Oscips (0,14%).

Destaca-se que nas bases utilizadas não há dados disponíveis sobre voluntários que, como é de conhecimento comum, constitui uma porcentagem relevante da força de trabalho no terceiro setor. Do mesmo modo, nas bases não constam o número de trabalhadores que, assim como outros setores da economia, exercem funções autônomas, sem vinculação formal ao empregador.

TABELA 4
Vínculo de trabalho nas OS e Oscips: quantidade

	OS	%	Oscip	%
Sem vínculos	1.041	93,40	5.562	78,94
De 1 a 2	8	0,70	495	7,03
De 3 a 4	8	0,70	190	2,70
De 5 a 9	8	0,70	276	3,92
De 10 a 49	23	2,10	388	5,51
De 50 a 99	5	0,40	66	0,94
De 100 a 499	17	1,50	59	0,84
500 ou mais	4	0,40	10	0,14
Total	1.114	100,00	7.046	100,00

Fonte: base de dados da SRF, do Orçamento Público Federal e Rais.
Elaboração dos autores.

O detalhamento desses vínculos de trabalho mostra que as mulheres constituem a maior parte da força de trabalho empregada: 6.663 nas OS e 28.376 nas Oscips. Com relação à questão de raça/cor, a maioria se define como pardo nas OSCs (6.792) e branco nas Oscips (23.544). Além disso, há 55 registros de trabalhadores com deficiência nas OS e 901 nas Oscips. Quanto ao nível de escolaridade, a maior parte dos trabalhadores, em ambos os tipos de organizações, tem até o ensino médio completo: 5.394 nas OS e 20.001 nas Oscips.

Com relação à remuneração, a média salarial das OS é de R\$ 3.671,78, sendo que a menor remuneração é de R\$ 420,13, e a maior, de R\$ 67.962,62. Nas Oscips, a média é de R\$ 2.973,73, com remuneração a partir de R\$ 293,11 até R\$ 65.373,48.

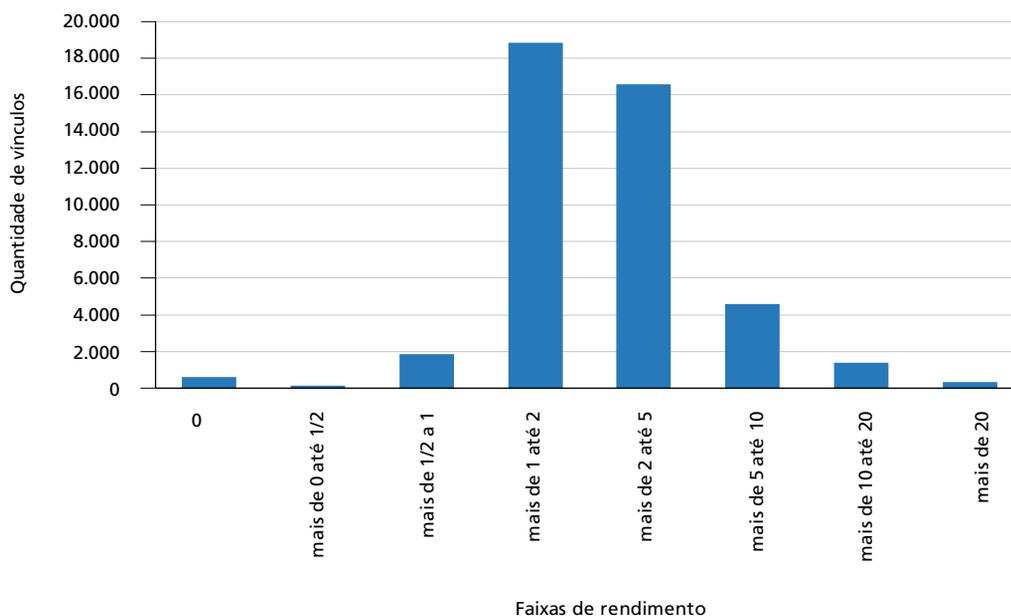
É possível ainda verificar a distribuição dos vínculos empregatícios por finalidade de atuação da organização e por localidade. Nesse sentido, apesar de a quantidade de OS e Oscips ser maior na área de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses, a área com mais vínculos é a da saúde: são 8.146 vínculos empregatícios nas OS (88,23% do total) e 14.012 nas Oscips (31,73%).

TABELA 5
OS e Oscips: vínculo de trabalho

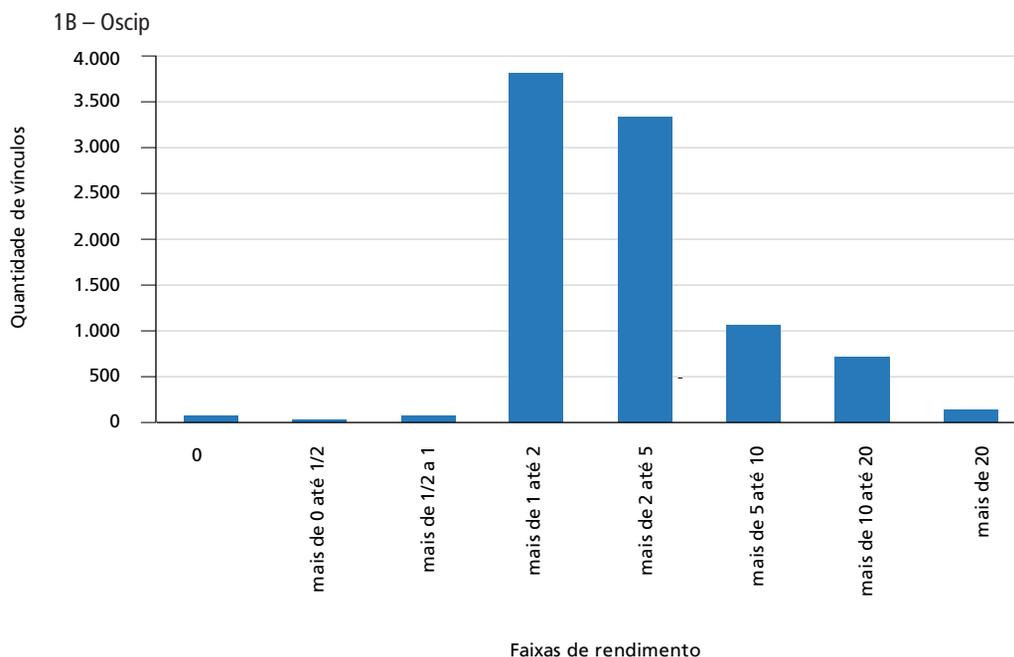
	OS		Oscip	
		%		%
Gênero				
Masculino	2.570	27,83	15.781	35,74
Feminino	6.663	72,17	28.376	64,26
Raça/cor				
Indígena	6	0,06	28	0,06
Branco	1.677	18,16	23.544	53,32
Preta	217	2,35	2.361	5,35
Amarela	18	0,19	371	0,84
Pardo	6.794	73,58	13.894	31,46
Não informado	521	5,64	3.959	8,97
Deficiência				
	55	0,60	901	2,04
Escolaridade				
Até fundamental completo	176	1,91	4.555	10,32
Até médio completo	5.394	58,42	20.001	45,30
Superior completo	3.234	35,03	16.378	37,09
Superior incompleto	429	4,65	3.223	7,30

Fonte: base de dados da SRF, do Orçamento Público Federal e Rais.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 1
OS e Oscip: média salarial
1A – OS



Fonte: base de dados da SRF, do Orçamento Público Federal e Rais.
Elaboração dos autores.
Obs.: salário mínimo de 2018 – R\$ 954.



Fonte: base de dados da SRF, do Orçamento Público Federal e Rais.
Elaboração dos autores.

TABELA 6
OS e Oscip: vínculo empregatício por área de atuação

	OS	%	Oscip	%
Assistência social	80	0,87	1.785	4,04
Associações patronais e profissionais	0	0,00	264	0,60
Associações empresariais e patronais	0	0,00	31	0,07
Associações profissionais	0	0,00	233	0,53
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	0	0,00	0	0,00
Cultura e recreação	6	0,06	1.843	4,17
Cultura e arte	6	0,06	1.585	3,59
Esportes e recreação	0	0,00	258	0,58
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	24	0,26	11.817	26,76
Educação e pesquisa	642	6,95	2.558	5,79
Educação infantil	626	6,78	844	1,91
Ensino fundamental	0	0,00	405	0,92
Ensino médio	0	0,00	70	0,16
Ensino superior	4	0,04	110	0,25
Estudos e pesquisas	0	0,00	468	1,06
Educação profissional	0	0,00	123	0,28
Outras formas de educação/ensino	12	0,13	387	0,88
Atividades de apoio à educação	0	0,00	151	0,34
Saúde	8.146	88,23	14.012	31,73
Hospitais	75	0,81	8.919	20,20
Outros serviços de saúde	8.071	87,41	5.093	11,53
Religião	0	0,00	208	0,47
Outras atividades associativas	146	1,58	8.783	19,89
Outras OSCs	189	2,05	2.887	6,54
Total	9.233	10,00	44.157	10,00

Fonte: base de dados da SRF, do Orçamento Público Federal e Rais.
Elaboração dos autores.

Com relação à localização dos vínculos empregatícios, no caso das Oscips, eles seguem relacionados à quantidade de organizações por estado e região. A região Sudeste registra 18.033 (40,84% do total), sendo o estado de São Paulo, quantitativamente, o primeiro, com 12.344 vínculos (27,95% do total). No caso das OS, há uma diferença. A região que concentra maior quantidade de vínculos é a Nordeste: 7.641 (82,7% do total), sendo que 81,11% (7.489 vínculos) estão no estado do Ceará.

TABELA 7
OS e Oscip: vínculos empregatícios por localidade

	OS	%	Oscip	%
Norte	98	1,06	721	1,63
Acre	0	0,00	30	0,07
Amapá	0	0,00	0	0,00
Amazonas	69	0,75	124	0,28
Pará	0	0,00	380	0,86
Rondônia	29	0,31	168	0,38
Roraima	0	0,00	2	0,00
Tocantins	0	0,00	17	0,04
Nordeste	7.641	82,76	11.296	25,58
Alagoas	0	0,00	413	0,94
Bahia	0	0,00	907	2,05
Ceará	7.489	81,11	6.773	15,34
Maranhão	4	0,04	1.448	3,28
Paraíba	3	0,03	617	1,40
Pernambuco	125	1,35	563	1,27
Piauí	20	0,22	192	0,43
Rio Grande do Norte	0	0,00	199	0,45
Sergipe	0	0,00	184	0,42
Sul	148	1,60	11.685	26,46
Paraná	47	0,51	8.605	19,49
Rio Grande do Sul	100	1,08	1.485	3,36
Santa Catarina	1	0,01	1.595	3,61
Sudeste	1.304	14,12	18.033	40,84
Espírito Santo	3	0,03	846	1,92
Minas Gerais	0	0,00	1.894	4,29
Rio de Janeiro	636	6,89	2.949	6,68
São Paulo	665	7,20	12.344	27,95
Centro-Oeste	42	0,45	2.422	5,48
Distrito Federal	1	0,01	1.070	2,42
Goiás	30	0,00	204	0,46
Mato Grosso	11	0,12	915	2,07
Mato Grosso do Sul	0	0,00	233	0,53
Total	9.233	100,00	44.157	100,00

Fonte: base de dados da SRF, do Orçamento Público Federal e Rais.
Elaboração dos autores.

6 REPASSES FEDERAIS

Entre os anos de 2010 e 2018, o total de dinheiro empenhado pelo governo federal em ações executadas pelas OS foi de R\$ 694.288,00, sendo efetivamente pagos R\$ 528.880,00. Com relação às Oscips, verifica-se um número bem maior: R\$ 6.788.470.212,00 empenhados

e R\$ 4.029.711.408,00 pagos. Evidentemente, é preciso levar em consideração, entre outros fatores, a quantidade de Oscips em atividade no Brasil, que é quase sete vezes maior que a de OS. Os dados mostram, porém, que o repasse às Oscips, geograficamente, é mais frequente e abrangente que às OS. De todos os estados da Federação, apenas as OS de Maranhão, Paraíba, Paraná e Mato Grosso receberam recursos financeiros no período analisado; enquanto, no universo de Oscips, apenas três estados *não* receberam (Amapá, Roraima e Tocantins). Ainda com relação às Oscips, os dados mostram uma concentração maior de recursos na região Sudeste: R\$ 3.035.870.994,00 (empenhados) e R\$ 2.118.810.970,00 (pagos), o que representa 44,72% e 52% do total, respectivamente.

TABELA 8
OS e Oscip: repasse federal e localização (2010-2018)

	OS				Oscip			
	Empenhado	%	Pago	%	Empenhado	%	Pago	%
Norte	0	0,00	0	0,00	114.691.907	1,69	22.575.546	0,56
Acre	0	0,00	0	0,00	16.085.149	0,24	3.786.712	0,09
Amapá	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Amazonas	0	0,00	0	0,00	67.427.594	0,99	15.630.090	0,39
Pará	0	0,00	0	0,00	27.567.634	0,41	2.880.171	0,07
Rondônia	0	0,00	0	0,00	873.170	0,01	278.573	0,01
Roraima	0	0,00	0	0,00	1.680.217	0,02	0	0,00
Tocantins	0	0,00	0	0,00	1.058.142	0,02	0	0,00
Nordeste	24.531	3,53	2.003	0,38	2.376.788.546	35,01	1.261.144.636	31,30
Alagoas	0	0,00	0	0,00	13.592.043	0,20	1.829.379	0,05
Bahia	0	0,00	0	0,00	80.221.608	1,18	30.931.547	0,77
Ceará	0	0,00	0	0,00	72.984.957	1,08	33.597.513	0,83
Maranhão	20.533	2,96	0	0,00	225.009.071	3,31	182.808.212	4,54
Paraíba	3.998	0,58	2.003	0,38	11.494.824	0,17	8.151.813	0,20
Pernambuco	0	0,00	0	0,00	1.733.831.273	25,54	905.475.881	22,47
Piauí	0	0,00	0	0,00	187.817.517	2,77	71.720.443	1,78
Rio Grande do Norte	0	0,00	0	0,00	43.660.233	0,64	22.029.186	0,55
Sergipe	0	0,00	0	0,00	8.177.020	0,12	4.600.663	0,11
Sul	139.723	20,12	0	0,00	666.971.614	9,83	285.882.172	7,09
Paraná	139.723	20,12	0	0,00	527.390.044	7,77	217.826.986	5,41
Rio Grande do Sul	0	0,00	0	0,00	59.613.720	0,88	30.032.872	0,75
Santa Catarina	0	0,00	0	0,00	79.967.849	1,18	38.022.314	0,94
Sudeste	0	0,00	0	0,00	3.035.870.994	44,72	2.118.810.970	52,58
Espírito Santo	0	0,00	0	0,00	50.279.637	0,74	37.341.092	0,00
Minas Gerais	0	0,00	0	0,00	187.894.845	2,77	114.694.174	2,85
Rio de Janeiro	0	0,00	0	0,00	1.937.170.114	28,54	1.590.820.066	39,48
São Paulo	0	0,00	0	0,00	860.526.398	12,68	375.955.638	9,33
Centro-Oeste	530.034	76,34	526.877	99,62	594.147.151	8,75	341.298.084	8,47
Distrito Federal	0	0,00	0	0,00	480.251.005	7,07	304.048.651	7,55
Goiás	0	0,00	0	0,00	21.219.312	0,31	5.589.762	0,14
Mato Grosso	530.034	76,34	526.877	99,62	84.805.138	1,25	30.305.294	0,75
Mato Grosso do Sul	0	0,00	0	0,00	7.871.696	0,12	1.354.377	0,03
Total	694.288	100,00	528.880	100,00	6.788.470.212	100,00	4.029.711.408	100,00

Fonte: base de dados da SRF, do Orçamento Público Federal e Rais.
Elaboração dos autores.

Por fim, é possível afirmar que a distribuição de recursos por área de atuação segue, numericamente, a quantidade geral de OSCs e Oscips, isso é, com as organizações da área de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses sendo as maiores contempladas. Nesse caso, 76,34% dos recursos de empenho (o que equivale a R\$ 530.034,00) foram destinados às OS dessa área, enquanto 99,62% (526.877) foram pagos. Com relação às Oscips, 63,77% (R\$ 4.328.919.954,00) foram destinados em empenhos às instituições dessa área e 64,18% (R\$ 2.586.263.131,00) foram pagos.

TABELA 9
OS e Oscip: repasse federal e área de atuação (2010-2018)

	OS				Oscip			
	Empenhado	%	Pago	%	Empenhado	%	Pago	%
Assistência social	0	0,00	0	0,00	46.231.188	0,68	8.962.280	0,22
Associações patronais e profissionais	0	0,00	0	0,00	23.533.672	0,35	8.553.009	0,21
Associações empresariais e patronais	0	0,00	0	0,00	8.320.104	0,12	2.158.388	0,05
Associações profissionais	0	0,00	0	0,00	14.641.707	0,22	6.344.978	0,16
Associações de produtores rurais, pescadores e similares	0	0,00	0	0,00	571.861	0,01	49.642	0,00
Cultura e recreação	3.998	0,58	2.003	0,38	372.388.519	5,49	129.712.962	3,22
Cultura e arte	3.998	0,58	2.003	0,38	259.048.514	3,82	108.462.842	2,69
Esportes e recreação	0	0,00	0	0,00	113.340.005	1,67	21.250.120	0,53
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	530.034	76,34	526.877	99,62	4.328.919.954	63,77	2.586.263.131	64,18
Educação e pesquisa	139.723	20,12	0	0,00	484.318.409	7,13	227.739.433	5,65
Educação infantil	0	0,00	0	0,00	1.263.038	0,02	394.681	0,00
Ensino Fundamental	0	0,00	0	0,00	14.973	0,00	14.975	0,00
Ensino Médio	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ensino Superior	0	0,00	0	0,00	5.219.686	0,08	1.609.539	0,04
Estudos e pesquisas	0	0,00	0	0,00	357.965.697	5,27	150.276.190	3,73
Educação profissional	0	0,00	0	0,00	3.538.364	0,05	29.754	0,00
Outras formas de educação/ensino	139.723	20,12	0	0,00	70.519.806	1,04	42.503.975	1,05
Atividades de apoio à educação	0	0,00	0	0,00	45.796.845	0,67	32.910.319	0,82
Saúde	0	0,00	0	0,00	215.178.785	3,17	126.856.428	3,15
Hospitais	0	0,00	0	0,00	102.959.263	1,52	29.190.549	0,72
Outros serviços de saúde	0	0,00	0	0,00	112.219.522	1,65	97.665.879	2,42
Religião	0	0,00	0	0,00	271.750.330	4,00	151.953.282	3,77
Outras atividades associativas	20.533	2,96	0	0,00	160.473.977	17,00	89.916.173	2,23
Outras OSCs	0	0,00	0	0,00	885.675.377	13,05	699.754.711	17,36
Total	694.288	100,00	528.880	100,00	6.788.470.212	100,00	4.029.711.408	100,00

Fonte: base de dados da SRF, do Orçamento Público Federal e Rais.
Elaboração dos autores.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Reginaldo da Silva Domingos

Supervisão

Carlos Henrique Santos Vianna

Revisão

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Elaine Oliveira Couto

Lis Silva Hall

Mariana Silva de Lima

Marlon Magno Abreu de Carvalho

Vivian Barros Volotão Santos

Laysa Martins Barbosa Lima (estagiária)

Editoração

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Mayana Mendes de Mattos

Capa

Andrey Tomimatsu

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.
